DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO RUAS DO AMAZONAS

MANAUS – AM

2021

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 2
2 PROGRAMAÇÃO 5
3 ATA DO EVENTO 5
4 CARTA DO POVO DA RUA 16
5 RELATÓRIO DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA 19
6 REPERCUSSÃO NA MÍDIA 21
6.1 RADAR AMAZÔNICO 21
6.2 RÁDIO RIO MAR FM 23
Defensoria Pública do Amazonas realiza 1ª edição do projeto ‘Ruas do Amazonas’ 23
6.3 BLITZ AMAZÔNICO 24
6.4 BANZEIRO NEWS 28
7 DEMAIS REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO EVENTO 37

1 APRESENTAÇÃO

O projeto Ruas do Amazonas visa criar laços e espaços para organização da população em situação de rua de Manaus e outras cidades Amazonenses, a fim de contribuir na luta em defesa dos direitos deste segmento populacional. Busca também identificar e estreitar relações com as organizações da sociedade civil que atuam cotidianamente com este público, e ainda, com outros atores governamentais que possam se interessar.

O evento ocorreu nos dias 02/12 e 03/12 em Manaus/AM, e contou com a participação de representantes da Defensoria Pública do Amazonas e de São Paulo, representantes do Movimento Nacional da População de Rua, representantes das organizações que atuam com a população de rua, e diversos representantes da população em situação de rua.

Fizeram-se presentes, no evento, os seguintes órgãos públicos, com os respectivos representantes, dentre outros:

Stéfanie Barbosa Sobral – Defensora Pública do Estado do Amazonas
Daniel Bettanin e Silva – Defensor Público do Estado do Amazonas
Fernanda P. Balera – Defensora Pública do Estado de São Paulo
Osmar Ferreira de Moraes Filho – Representante do Consultório na Rua
Wanderson – Representante da SEMSA
Rita de Luziê – Representante da SES (Secretária de Estado de Saúde)
Ismael Reis e Vitória – Representantes da SES
Edmeia Holanda – Representante da Secretaria de Segurança Pública
Igor – Representante da Secretaria de Habitação

Os integrantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua foram os seguintes:

Samuel Rodrigues, de Belo Horizonte - MG – 31 999093229
José Vanilson Torres, de Natal - RN – 84 987618697
Darcy da Silva Costa, de São Paulo-SP – 11 964593915

Rafael Machado da Silva, de Maceió - AL – 82 98701-1875
Alan Teixeira de Lima, de Cuiabá - MT – 65 993571199
Maria Sueli Sobral Oliveira, de Salvador – BA – 71 99125 5799

Demais profissionais presentes, dentre outros:

Ivanete da Silva Mendonça – Iranduba
Rozeane de J. Lima – Iranduba
Adna Q. da Silva Mendonça – Iranduba
Beatriz Marques de Lima - Eco vida
Francilene da Silva Carneiro - Nova aliança
Antônia Cristina da Silva Costa – Centro pop (Manacapuru)
Orlaney Luciane dos Santos Lopes - Consultório na rua (Manacapuru)
Cássia Silva - Pastoral do Povo da rua –
Siglia - Pastoral do Povo da rua -
Dibson Flores - FEUSUAS
Evalcilene Costa dos Santos - ARDAM
Maura – Vida Alegre
Natėrcia Wellen Ramos Ciamp Nacional - CIAMP-Rua

Os representantes da população em situação de rua que conferiram seu nome à lista de chamada foram os seguintes (a lista não contempla a totalidade dos presentes):

Abimael Lima Santos
Charles Atlas Pereira do Nascimento – 92 98443-1798
Catarina de Queiroz
Rossy Barbosa da Silva
Michael Soares
Alexsandro Nogueira Santana
Marcelo Monteiro de Souza
Jonathan Jhonny Vanderson – 92 991129206
José Costa de Araújo
Maria Regina Santos
Fábio Coelho – 92 986041980

Francisco Chagas da Silva – 92 985610527
Waldecy da Silva Barros – 92 992182118
Daniel Matos – 92 994563638
Wallyson Cunha – 92 984305871
Luane Alcântara de Castro
Maurício Silva de Souza
Mateus Pinto da Silva
Jardel Figueiredo da Silva
Diego Patrício – 92 992837985
Felipe Paiva
Adalberto Vieira da Silva
Raimundo da Silva e Silva
Marcos Gonçalves da Silva
Ítalo Kairo – 92 9296099316
Francisco Mendes da Silva
Francisco Nascimento
Antônio Vanley 97 984490860
Douglas Silva
José Vitelino – 92 92668269
Vanderleia Velasquez – 92 985920109
Sinval da Silva Pinheiro 92 94662467
Sebastiana Souza do Nascimento
Hevelton Geison de Azevedo

Com a representatividade, assim, da população em situação de rua do Amazonas, bem como do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua, além da presença de órgãos públicos com atuação na área, foi possível debater de forma ampla as principais dificuldades enfrentadas por esse segmento da sociedade, estabelecendo-se diretrizes e propostas concretas para a efetivação de direitos fundamentais.

2 PROGRAMAÇÃO

3 ATA DO EVENTO

02/12/2021 – parte da manhã

Abertura com apresentação cultural.

Evalcilene, representante da ARDAM, apresentando o Movimento.

Darcy Costa (SP): Inicia a fala com a apresentação do história do movimento, explicando que surgiu depois do Massacre da Sé.

Informou que o movimento já está presente em diversos estados e que é importante a ação de todos.

Maria Sueli (BA): Apresentou a sua história, falou sobre sua criação, sobre sua mudança de Feira de Santana para Salvador, quando começou a ir para ruas e se sentir acolhida pela família da rua. Relatou que conheceu o movimento em 2012, em um momento em que não acreditava nas instituições, mas conhecendo a líder Maria Lucia, passou a entender que era possível melhorar a situação. Falou que estar em situação de rua é ruim para todas as pessoas, mas para mulheres ainda tem um peso maior. Relatou que precisava de alguém que lhe escutasse e foi com o movimento que ela encontrou isso, com a Maria Lucia, que não desistia de ninguém. Que antes disso não conhecia ninguém e nenhuma instituição que escutasse de verdade, não existindo uma formação, um apoio para se estruturar, um acompanhamento do antes, durante e depois. Cada um deve ser tratado e ouvido de acordo com suas demandas, não podem ser tratados de forma igual, pois cada um é um, cada um tem suas demandas específicas. Não é o tempo do gestor, de quem atende, é o tempo da pessoa em situação de rua.

Rafael (AL): Trouxe relatos de dificuldades da população LGBT, do seu lugar de pessoa não-binária. Falou que foi para as ruas aos 13 anos e de como agora a internet ajuda a buscar informações. Falou sobre o dever do Estado de cuidar da população, de como os serviços públicos estão carentes de profissionais. Falou que é muito importante conhecer os seus direitos. “Quando você sabe dos seus direitos, ninguém te segura mais.” Explicou que aprendeu seus direitos com a cartilha do movimento “Conhecer para lutar”. Pessoas que estão em situação de rua não são bagunceiras, como alguns pensam. É importante o empoderamento para entendermos o potencial que temos. Fora Bolsonaro.

Sinval (Manaus): Relato de que saiu de casa aos 10 anos, por conta de drogas. Contou como a população passa por cima, que tem gente que prefere jogar comida no lixo a dar para ele, que diz que ele “tem dois pés, duas mãos, pode trabalhar”. Falou sobre sua experiência no abrigo, de como recebeu ajuda. Urgência de que sejam colocados banheiros químicos em praças, seja pela prefeitura ou governo, para que não continue a humilhação de não ter banheiro.

Alisson (Manaus): Veio de Fortaleza e está há muitos anos na rua. Diz que não pode questionar sobre a comida, que se reclama já não entra no dia seguinte. Quem diz

que ajudam, é mentira, pois ninguém ajuda com nada. Quem organiza os centros não repassam as doações de roupas, exigem que haja troca de latinhas por sapato, por exemplo. Perguntou como ele vai se reintegrar se não consegue tirar documento, se as ONGs não ajudam com a documentação. Se tiver que colocar albergue, que seja com pessoas competentes, e não com quem quer desviar dinheiro.

Felipe (Manaus): Destacou que há demora para tirar documentação, para cuidar de saúde.

Luane (Manaus): Reforçou o desvio de doações.

Charles (Manaus): Reforçou que, apesar de algumas pessoas falarem que pessoas em situação de rua não têm direito, têm direito, sim, pois são cidadãos. Para onde vai a verba que é para ser usada para programas para população em situação de rua? Reclamou de quem se acha superior só por estar vestindo uma farda, mesmo sem ser digno de usar a farda. “Nós somos fortes”. A lei deve ser para todos para que ninguém seja humilhado.

Alexsandro (Manaus): Está há mais de 25 anos na rua. Pelo que ele vê, todos os moradores estão cansados de ouvirem que alguém vai fazer algo por eles, mas que nada muda. A sociedade precisa dar apoio em geral. O que fazem com a verba que é destinada para isso? Recebem comida, mas não roupa, não lençol. Ter que esperar parar a chuva para poder dormir. Ninguém quer estar na rua, todos querem estar em casa, na cama, embaixo do lençol, na rede, com sua família. Que venha um novo presidente que saiba tratar da população em situação de rua. Que ajude com a documentação. Como tirar a documentação estando na rua? Falou sobre como projetos católicos ajudam mais que governamentais.

Maicon (Manacapuru): Mora em um projeto de acolhimento. Conseguiu fazer reconciliação com a mãe, que a tinha expulsado de casa, mas a mãe o aceitou de volta. Para desfocar do vício com álcool e drogas, atua com plantio no acolhimento. Não tem muitas reclamações do centro de acolhida, exceto pelo atendimento psicológico que recebeu, que o deixou mais baixo, pois em uma roda de conversa, com mais pessoas, falou que “é por isso que sua família não gosta de ti”.

Catarina (Manaus): Albergues não a aceitam mais, mas conseguiu uma vaga com a SEMASC e que, por isso, não está mais na rua. Está fazendo curso.

Sebastiana (Manaus): Usou remédios para depressão por muito tempo e o uso dos remédios a colocou na rua. Por vezes ela não sabe explicar o porquê estava na rua. Falou sobre abrigo em que não podia sair, sobre outro em que mexiam nas coisas dela. Relatou

que o serviço social fez laudo dizendo que ela estava em crise, quando não estava. Relatou que não sabe acessar computador, celular, mas que não é analfabeta, que sempre lê.

Abimael (Manaus): Fica triste quando vê um espaço que é da rua mas que vê que há poucos companheiros. O estado do AM que não tem acolhimento institucional. Estado prefere transferir a responsabilidade para comunidades terapêuticas para explorar a miséria. Ou o Estado Democrático de Direito faz o que tem que fazer ou faremos uma revolução. “O bagulho vai ficar doido”. Reiterou que o dinheiro que é para ser usado para essa população some, é usado para lavagem de dinheiro.

Samuel (MG)

Abordagem sobre quem é a população de rua?

Destacou algumas características da PopRua: - vínculo familiar rompido; - uso abusivo de substância; - pobreza extrema; - abandono pelos órgãos públicos;

Em 2009, quando se discutia políticas públicas, debaterem quem era essa população.

Diziam “hoje vai ter encontro de vagabundos”. “Sujos” – falta de acesso à água; “pedintes” – falta de acesso à comida.

No Brasil, podemos plantar de tudo que a terra dá, mas ainda assim há gente passando fome em todos os cantos, não só em Manaus, gente que briga por causa de uma marmita.

O que a política faz para a população?

Pão com manteiga, quando tem manteiga, e um café ralo, e um centro pop que é um serviço conquistado por luta, para não ser só um lugar para dormir, mas para ter convivência, mas que não consegue suprir toda a questão da moradia, pois não é de sua competência.

Cultura e esporte são direitos deixados de lado para a população em situação de rua. Políticas diversas que não se conversam. A população de rua nunca deixou de crescer.

Centro pop (assistência social) precisa ser temporário, não é para ser um serviço que acaba em si mesmo. É para encaminhar para a secretaria de habitação e cuidar da moradia.

Estado que mata, estado que deixa morrer, que abandona, que te deixa entregue à própria sorte. O Estado quer que a gente não goste de nada, do centro pop, da defensoria, do MP.

Estado que, ao invés de pensar em política de álcool e drogas, deixa para comunidades terapêuticas a responsabilidade para recuperar essas pessoas. Para algumas

pessoas, isso pode dar certo, mas quando você sai de lá, encontra o mesmo cenário: mesmo papelão, mesma droga. Como dar rumo se não tem política de trabalho e emprego, de retorno de vínculo com a família? Como se manter limpo, manter a sobriedade, debaixo do mesmo viaduto, com as mesmas ofertas? É o Estado deixando morrer.

E, depois, escutam, "sem vergonha, passou nove meses na comunidade terapêutica e voltou às drogas".

O Centro Pop é um direito de todos. A fala de que "eu fui porque "fulana" me levou" não faz sentido, pois todos podem ir. Será feito um exercício na parte da tarde, sem assistentes sociais, sem defensoria, só com a população, para ressignificar isso.

Há que trabalhar com o preconceito: não é um grupo de drogados, um grupo de católicos, de corintianos. É um grupo heterogêneo, com singularidades. Mas tem em comum a extrema pobreza, a quebra de vínculo familiar, a falta de acesso à moradia convencional, usando de logradouros públicos.

José Vanilson (RN)

Trouxe o histórico dos movimentos através de poesia.

Alan (MT)

Fez relato de como a DPE/MT ajudou a organizar o movimento em Cuiabá.

Como o Alan, que vivia na rua, dependente químico, chegou no movimento? Tudo que vocês passaram, Alan passou.

Acordou muitas vezes apanhando, mesmo com sua deficiência física, outras com água, com spray de pimenta.

"Somos protagonistas da nossa própria história".

O movimento mudou a sua vida, ele acreditou no movimento e ele fala para acreditar que o movimento pode trazer dignidade e uma nova história de vida, para que a sociedade possa ouvir sua história, que possa ouvir a voz da rua.

Fernanda Balera (SP)

Explicou quem é a defensoria, quem é o público-alvo. Explicou que não é caridade, que não é um favor que alguém faz pela população em situação de rua.

A DPE em SP começou em 2006 e foi com a provocação do movimento social para fazer o atendimento para essa população.

O local de atendimento para essa população vai ser em local com barreira de acesso, como fóruns em que se exige o uso de certas vestimentas?

Assim, escolheu um lugar no centro, para que seja feito atendimento junto com a DPU (responsável por outras demandas), mas sem a barreira de acesso.

Além de cuidar de processos judiciais, a defensoria ouve outros problemas, como a questão de comida, dos centros de acolhidas, de não conseguir usar o equipamento por ter denunciado etc.

Quando a defensoria visita o serviço, pessoas gestoras mostram o melhor banheiro, o melhor quarto. Mas quando conversa com pessoas usuárias do serviço, percebem as partes ruins e tentam repassar as denúncias sem a identificação das pessoas.

É necessário uma política permanente, com fluxo organizado para devolutiva.

Políticas públicas são direitos, independentemente de quem é o/a defensor/a que está ali atuando. É a DEFENSORIA que está ali, não a Fernanda ou fulano ou beltrana.

A escuta é essencial para a mudança da realidade, para melhorias das políticas públicas. Quem veio ao atendimento hoje comeu antes de vir aqui? Por que o Estado forneceu, por que alguém doou? Ela dormiu em um espaço seguro?

Porta giratória – como rompe o ciclo de centro pop – abrigo – rua etc.? Precisa ter acesso ao direito à moradia para poder buscar e garantir outros direitos e resolver outras questões.

Furto institucional de barracas, documentos, cobertores: ter que refazer documentos inúmeras vezes; indenização para quem teve seus pertences pessoais furtados/retirados.

Construção de decreto/lei para indicar quais objetos podem ou não serem retirados e, no descumprimento, poder entrar com ação judicial.

Respondendo algumas perguntas:

A falta de documento (pessoal ou de residência) não pode ser motivo para que a Defensoria não atenda.

Não ter residência fixa não impede de ter acesso a políticas públicas, não pode ter o direito à maternidade e paternidade negado por estar em situação de rua.

Importante ter material escrito dizendo que tem direitos, pois se algum equipamento negar, tem como mostrar que o direito é garantido.

Falta de respeito com pessoas em situação de rua qu e são filmados, fotografados, por pessoas que não pedem autorização.

Natércia (CIAMP-Rua)

Explicou o que é o CIAMP-Rua e qual é o objetivo desse Comitê. Destacou que o CIAM-Rua existe nas esferas federal, estadual e municipal. O Comitê está constituído dentro do Ministério da Cidadania e de Direitos Humanos. A composição do Comitê é feita por diversas entidades e a população em situação de rua tem assento. Ressaltou a importância da escolha de um representante de Pop Rua para estar dentro do Comitê. O

representante deve escutar o coletivo e levar as demandas ao Comitê. Destacou que já havia um representante do CIAMP-Rua Municipal e que essa pessoa tem que representar o coletivo e não os interesses pessoais.

02/12/2021 – parte da tarde

Foram formados 4 grupos para debater os elementos da população em situação de rua de Manaus, criando-se os seguintes elementos:

ELEMENTOS DA POPULAÇÃO DE RUA DO AMAZONAS

F - esperança, união, reciprocidade, empatia, respeito, tolerância, amor, coragem, determinação, ousadia, criatividade, perseverança, vontade e autoestima.

O – oportunidade de se expressar no Encontro.

F – fome, violência, álcool e outras drogas, falta de moradia, falta de banheiros públicos, preconceito, medo, insegurança e solidão.

A – governo desemprego, polícia, falta de políticas públicas, violência, violações de direitos, falta de amor ao próximo, retaliação por exigir direitos, bullyng e marginalização.

Paralelamente, foi formada uma roda de conversa com as organizações sociais presentes, a DPE/SP e a DPE/AM para debater sobre os desafios encontrados no dia a dia de quem trabalha com a PopRua.

03/12/2021 – parte da manhã

Realizamos visita ao território na praça da Matriz e na praça do Remédios, localizado no centro da cidade de Manaus, fazendo rodas de conversas para ouvir a demanda da população em situação de rua.

Ruas do Amazonas – 03/12/2021 – parte da tarde

Para complementar o que foi debatido na dinâmica de quinta-feira no período da tarde (02/12), em que foi feita a análise dos elementos da população de rua do Amazonas: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA), Samuel (MG) explicou que a tarde de hoje tem por finalidade passar o que foi debatido para as autoridades e organizações que hoje estão presentes.

Reforçou que o movimento do Amazonas não estará sozinho, que terá apoio do resto do país, além de reiterar o quanto é importante a união de todas as "formiguinhas" para deixar um "formigueiro" forte, para que as pessoas de fora possam ter respeito por "quem não tem nada mas quer fazer política".

Rafael (AL) também reforçou a importância da leitura da cartilha do movimento nacional da população de rua "Conhecer para lutar", bem como das organizações, das resoluções que tratam sobre os direitos para que a PopRua seja fortalecida nos movimentos.

Falou que as pessoas que trabalham com a PopRua precisam ter perfil para isso, precisam trabalhar com amor, pois é uma população que tem muitos problemas, muitas demandas, uma população que vai chegar no centro de acolhida com problemas e que precisa ser recebida com amor.

Samuel convidou as organizações para virem para a frente: defensoria, instituto ecovida, pastoral do povo da rua, vida alegre, etc. Explicou que o fórum que está sendo construído também é para ter a participação das instituições do Estado e que é de extrema importância a periodicidade de reuniões. Disse que, embora seja bom a participação de múltiplos atores, precisam definir quem vai encabeçar o projeto, já que se ninguém tomar a rédea, poderá perder o foco.

Samuel falou para representantes das organizações quais tinham sido os elementos da população de rua no Amazonas (FOFA) indicados na dinâmica da véspera, falou que é para usar esses itens para aprofundarem em rodas de conversa, para os processos formativos.

Também foi falado sobre a importância de dar visibilidade da carta às autoridades, que devem chegar não só para as próprias autoridades, mas também para outras pessoas em situação de rua que não estavam no evento.

Representantes da PopRua do AM leram a carta que foi produzida.

Defensora Stefanie agradeceu a presença das autoridades e abriu a palavra para elas.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde – Osmar Ferreira de Moraes Filho e Wenderson

Osmar Ferreira de Moraes Filho e Wenderson, enfermeiros, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, falaram sobre a questão da pandemia. Falaram que o **consultório na rua** fica localizado na UBS do Morro da Liberdade e que a equipe está sempre à disposição.

Foram questionados se há controle de % da PopRua que recebeu vacina, se dose única ou outra. Indicaram que 712 pessoas em situação de rua no município de Manaus foram vacinados.

Foram questionados acerca da fila, qual a oferta e demanda, já que há uma demora de meses para um atendimento, que leva pessoas à morte enquanto esperam. Responderam que o consultório na rua só tem 2 equipes e, por isso, não atendem da forma que querem, mas pretendem ampliar o atendimento em 2022.

Foi questionado se realmente existiam essas duas equipes, pois só há notícia de uma equipe, e sempre com falta de recursos, falta de curativos, de dipirona etc. Não adianta oferecer só comida, pois comida a PopRua consegue pedir e obter na rua, mas não tem como conseguir atendimento de saúde na rua, por solidariedade. Informou que há sempre o preconceito com a PopRua.

Responderam que a saúde não é só falha para a PopRua, mas para toda a população. Que as equipes atendem em locais diferentes, então às vezes há necessidade de atendimento na Zona Leste e não somente no Centro etc.

Catarina informou que tomou remédio vencido, fornecido pelo Estado, e ouviu dizer que não tinha problema em tomar o remédio vencido. Só conseguiu o remédio certo quando a assistente social insistiu.

A resposta foi de que o fato ocorrido foi triste. Falou que deve ter sido uma falha na entrega do remédio vencido.

Alan (MT) questionou quantas casas de recuperação são atendidas, já que essa população não pode sair. A resposta foi de que equipes de vacinadores foram nos locais em que as pessoas estavam institucionalizadas e que ninguém ficou sem vacina.

Sobre não achar o consultório da rua, eles reforçaram que atendem na UBS do Morro da Liberdade e que não sabem quais contatos são feitos e que não recebem retorno, porque eles estão ali na UBS sempre.

No entanto, o que foi questionado é que as pessoas que estão doentes, longe do Morro da Liberdade, acabam não conseguindo o atendimento. A resposta foi que o atendimento deve ser buscado em qualquer UBS, reiterando que não é porque são população em situação de rua que não tem o direito à saúde.

Foi questionado que a saúde precisa desenhar planos de saúde para a PopRua com a participação da PopRua, para fazer mapeamento de demandas, onde estão pessoas com diabetes, hipertensos, etc., para que os atendimentos possam ser feitos de forma apropriada.

Foi questionado por que o Estado não olha para a PopRua, que deixa para morrer. Querem saúde com dignidade e respeito, sem hipocrisia.

Foi relatado que, quando buscam atendimento no consultório na rua, escutavam sempre “espera, espera”, que raramente chegava uma dipirona.

Representantes da Secretaria de Saúde do Estado – Ismael Reis e Rita de Luziê

Falaram sobre a importância sobre a saúde mental.

Pergunta. O que a Sec. de Saúde do AM tem construído para a PopRua? A PopRua é tão invisível que nada é construído para elas?

Resposta. Os protocolos de fato são falhos, há ausência de representatividade da PopRua nos conselhos, para construção coletiva. Ismael se colocou à disposição para construir junto.

Pergunta. Rafael falou como o consultório na é referência em Alagoas. Falou que sabe que o problema da saúde é no Brasil todo, mas disse que houve melhora em um trabalho conjunto. O Estado tem atuado para auxiliar os consultórios na rua (do município de Manaus, que só tem duas equipes). Falou que notou que a questão de álcool e drogas é grande, perguntou como tem sido focada a redução de danos, DSTs. Dizem que recebem esse “recurso todo”, mas que na verdade sabe que essa verba é restrita e mal paga nada.

Perguntou se há CAPS-ad e como melhorar esse atendimento. Clamou à PopRua local para não brigar com o trabalhador, mas sim com o gestor.

Pergunta. Como melhorar a questão da demora para o retorno das demandas, pois há dificuldade para agendar consulta para cuidar da saúde mental, enquanto há um problema grave de uso de substância. Relatou que está tentando marcar há um ano consulta mas não consegue, apesar de já ter reclamado sobre isso em outros eventos com autoridade, que tomam nota sobre o problema, mas não chega a uma solução. Perguntou se não há como fazer uma espécie de mutirão para atender a demanda de saúde mental de Manaus.

Resposta: agradeceu a solidariedade com os trabalhadores, falou que o lugar de bater de frente com os gestores é nos conselhos.

Secretaria de Segurança Pública – Edmeia Holanda

Edmeia se apresentou como educadora, pedagoga, que atua na prevenção ao uso de drogas.

Reforçou não ser da polícia e que trabalha com prevenção.

Ofereceu palestras sobre prevenção de uso, mas também de motivação, família etc.

Querem oferecer alfabetização e aulas de português para migrantes. Querem passar conhecimento para preparação para vestibular.

Quer que a defensoria avise sobre as novas reuniões para que os projetos possam ser oferecidos, de acordo com a demanda da própria PopRua, pois ela não conhece a realidade, já que ela nunca desenvolveu projeto com a PopRua.

Perguntada sobre a truculência da PM, informou que tem a CORREGEDORIA da SSP, disse que, hoje, a corregedora é uma delegada de polícia e está disponível para receber denúncias sobre PMs que são violentos, solicitando que anotem o número da viatura.

Perguntada sobre as retiradas de objetos e por ser expulso da Praça da Matriz, sem ter para onde ir, ela falou que precisa fazer denúncia com o número de viaturas, mas a resposta foi de que a ronda é feita a pé, sem viatura.

Foi questionado se o projeto já está no papel ou se só está na mente, ela falou que já está no papel, mas que não trouxe ainda hoje, que só veio para sondar se há o interesse e, em quais áreas (alfabetização, ensino médio, vestibular). A PopRua indicou que tem muito interesse no projeto, em razão da importância.

Foi perguntado como pensar segurança pública sem ser só ostensiva, repreensiva, mas conversando com a PopRua, construir a segurança pública em diálogo com o público-

alvo. Não dá para matar irmãos pela cor, pelo que pensam. A polícia tem armas, mas a PopRua tem o movimento social de luta. Não está para satisfazer ninguém, está no espaço para reivindicar o direito que é assegurado pela CF.

Depois da fala e perguntas e respostas, foi feito o sorteio do livro e a representante da SSP foi a sorteada, com direito a abraço e fotos com o Abimael.

Secretaria da habitação - Igor

Explicou como os programas de habitação são feitos para TIPO pessoas de baixa renda.

Samuel se colocou à disposição para mostrar projetos de moradia de outros lugares e perguntou como a secretaria vê a questão da moradia sem ser proprietário, mas como um serviço.

Questionado sobre o tratamento com desprezo, como sendo insignificante, desprezando, menosprezando, com o título só valendo na campanha eleitoral. Prefeitos e governadores só olham para a PopRua na época de campanha? Queremos casa, moradia, queremos nosso direito, uma mudança geral.

Respondeu que o primeiro passo para a mudança é estar aqui. Falou que ninguém pode ser tratado mal, que todos são humanos e precisam ser tratados com respeito. Mas falou que pode pegar os dados e a demanda de quem perguntou para já fazer o encaminhamento.

Após as perguntas com representantes do governo, foi feita a apresentação cultural.

4 CARTA DO POVO DA RUA

Com base nas dinâmicas realizadas, foi possível a confecção de uma "Carta do Povo da Rua":

CARTA DO POVO DA RUA

Saudações.

Nós, pessoas que vivemos em situação de rua no estado do Amazonas juntos com a rede de parceiros e apoiadores direto e indiretamente engajados na defesa dos direitos desta população, reunidos nos dias 02 e 03 de dezembro em Manaus, escrevemos está carta para manifestar nossa indignação pelas violações de direitos que sofremos por parte das autoridades que não nos enxergam enquanto cidadãos, não asseguram orçamento para

uma intervenção capaz de superar a vida nas ruas e ao primeiro sinal de crise, as parcas ofertas ou são suprimidas ou reduzidas. Os atendimentos que existem estão distantes ou atendem de forma insuficientes. Violações de direitos contra a população de rua ocorrem quando não são elaboradas políticas públicas para este público, ocorrem quando uma pandemia assola o planeta e temos uma parcela da sociedade que não tem como cumprir o Fique em Casa, como se não bastasse ainda temos uma incidência muito grande por parte de agentes de segurança que promovem abordagens corriqueiras e muitas vezes truculentas no intuito de afastar as pessoas em situação de rua dos espaços públicos centrais das cidades brasileiras, o que não é diferente nas cidades de nosso estado. Somos conhecedores das normativas nacionais entre elas o Dct.7053de 23 de dezembro de 2009 que institui a política nacional para a população de rua, a resolução 40/2020 do Conselho Nacional de Direitos Humanos que estabelece diretrizes para a promoção proteção e defesa dos direitos humanos da população em situação de rua crianças, adolescentes, adultas e idosa; a resolução 425/2021 do CNJ que cria uma política para a população de rua no âmbito do poder judiciário e ainda da existência de legislações estaduais e municipais. Queremos fazer valer nossos direitos aqui em nosso querido estado do Amazonas por isso reivindicamos aos Exmos Governador do estado do AM, os Prefeitos municipais e ainda as casas legislativas de nosso estado que também pautem a temática da População de Rua e empreendam esforços na construção de uma legislação que reforce questões de fundo com a observância dos tratados e normativas internacionais e nacionais de Direitos humanos além de urgir a necessidade de implantação dos seguintes pontos:

- Política de moradia para a população de rua;
- Política de trabalho e geração de renda;
- Política de Segurança Alimentar;
- Ampliação dos serviços de Consultórios na Rua e atuação em locais de grande concentração da população de rua;
- Aperfeiçoamento dos serviços do Centro Pop, acolhimento institucional e CapsAD nas regiões com maior presença da população de rua;
- Fiscalização por parte do MP, DP, e Conselhos afins das Comunidades terapêuticas;
- Celeridade nas investigações dos crimes cometidos contra a população de rua;

- Revisão dos critérios e ampliação do número de vagas do programa Passaporte para a cidadania;
- Assegurar o acesso a água potável, para higiene pessoal e higiene dos pertences;
- Garantia de assento de representantes da população de rua nos espaços de formulação e controle de políticas públicas, inclusive no monitoramento e fiscalização do recurso público destinado ao atendimento da População de Rua;
- Estratégia de educação e conscientização em direitos das pessoas em situação de rua;
- Estratégia para dar visibilidade perante a sociedade Amazonense a realidade de vida desta população bem como dos serviços ofertados;
- Desburocratização para concessão de benefícios sociais e previdenciários;
- Apoio para fortalecimento da organização do núcleo Amazonense do Movimento Nacional da População de Rua;
- Estratégias envolvendo o poder judiciário local, estadual e federal MP, DP e TJ para o atendimento judicial conforme resolução 425 do CNJ;

Ressaltamos a importância e nos comprometemos com a criação do Fórum Amazonense da População de Rua, espaço plural, de diálogos e controle social das políticas programas, serviços, e projetos destinados a este seguimento.

Assinam esta carta:
Movimento Nacional da População de Rua MNPR
Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua INRUA
Defensoria Pública do estado do Amazonas DPE/AM
Defensoria Pública de São Paulo DPE/SP
Fórum Estadual dos Usuários do SUAS FEUSUAS
Fórum Municipal dos usuários do SUAS de Iranduba
Instituto ECOVIDA
Pastoral do Povo da Rua
ARDAM
Comunidade Nova Aliança
Projeto Vida Alegre
Casa de Sara projeto menino do rio

Comitê Intersetorial de Acompanhar e Monitoramento da Política da População de Rua CIAMP

Equipe do Consultório na Rua CNAR de Manacapuru

5 RELATÓRIO DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA

As atividades se iniciaram no dia 2 de dezembro com um delicioso café da manhã, em seguida Samuel representante do movimento da população de rua e Dra. Stefanie defensora pública do estado do Amazonas deram as boas vindas a todos e explicaram sobre o encontro e a programação.

A artista Lukas Brasil apresentou músicas e performances que alegraram e abrilhantaram a abertura do evento, em seguida foram apresentados os representantes do movimento vindos dos estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e rio Grande do Norte que falaram sobre o movimento e sua trajetória de luta e de construções politicas. Falaram ainda pessoas em situação de rua das cidades de Manaus e Manacapuru.

Em seguida foi aberta a fala para Samuel que a partir do que ouviu durante as falas conversou com todos e apresentou o conceito de população de rua adotado em todo território nacional. *"Grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os espaços públicos com espaço os logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia permanente"*

A defensora Fernanda Balera da DPE/SP falou sobre a defensoria pública destacando seu papel constitucional, atuação, e o trabalho da DPE/SP junto a população de rua, respondeu a questionamentos e interagiu com as participantes sanando dúvidas e propondo encaminhamentos e ações locais.

As 12 horas os trabalhos foram interrompidos para que fosse servido o almoço aos participantes, no período da tarde foram formados grupos de trabalhos com a população de rua divididos em quatro grupos que trabalharam dinâmica de identificação de forças, relações de parcerias, fraquezas ameaças entre outras questões oportunas que apareceram, ao mesmo tempo que as organizações se reuniram em separado para diálogos entre elas sobre a população de rua e os atendimentos prestados. Os levantamentos da população de rua do Amazonas ficaram assim destacados:

ELEMENTOS DA POPULAÇÃO DE RUA DO AMAZONAS

F *- esperança, união, reciprocidade, empatia, respeito, tolerância, amor, coragem, determinação, ousadia, criatividade, perseverança, vontade e autoestima.*

O *– oportunidade de se expressar no Encontro.*

F *– fome, violência, álcool e outras drogas, falta de moradia, falta de banheiros públicos, preconceito, medo, insegurança e solidão.*

A *– governo desemprego, polícia, falta de políticas públicas, violência, violações de direitos, falta de amor ao próximo, retaliação por exigir direitos, bullyng e marginalização.*

Em seguida falaram as organizações prestadoras de serviços que apontaram suas queixas em relação a população de rua o que gerou debates acirrados, porém construtivos de ações e novos caminhos foram apontados.

No dia 3 os trabalhos se iniciaram com visitas a espaços públicos (ruas e praças) e a uma das OSCs que prestam atendimento à esta população.

No período da tarde foram retomados os trabalhos em plenária com a criação de um núcleo do MNPR no Amazonas com todos da coordenação nacional mais os companheiros e companheiras que aceitaram compor este núcleo, foi também formado o Fórum Estadual da População de Rua, que consiste no espaço de articulação que envolve as organizações, o poder público e principalmente a população de rua no intuito de debater continuamente as questões afetas a população de rua bem como a construção de políticas para este seguimento.

Foi lida carta da população de rua que deverá ser protocolada nos órgãos públicos, afixadas nos serviços e atendimentos voltados a população de rua e distribuída entre a população de rua.

Tivemos ainda a participação dos trabalhadores da política de assistência social, de segurança pública e de saúde que mencionaram a importância de eventos desta natureza e falaram sobre as ofertas públicas em execução no município. Ao final tivemos algumas falas de agradecimento e novamente o grupo cultural fechou as atividades com uma linda apresentação musical.

6 REPERCUSSÃO NA MÍDIA

6.1 RADAR AMAZÔNICO[1]

RADAR AMAZÔNICO

CAPTANDO AS MELHORES NOTÍCIAS

30 DE NOVEMBRO DE 2021

Defensoria do Amazonas cria projeto junto com a sociedade civil voltado à população em situação de rua

'Ruas do Amazonas' tem como foco atuar em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua que vivem em Manaus e no interior do estado

Com o propósito de atuar em defesa dos direitos da população em situação de rua que vive em Manaus e no interior do estado, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) realizará, nos dias 2 e 3 de dezembro, a primeira edição do projeto 'Ruas do Amazonas'. O evento terá início às 8h e será realizado no Centro Estadual de Convivência do Idoso (Ceci)-Aparecida, localizado na rua Wilkens de Matos, S/N, no bairro Nossa Senhora Aparecida, Zona Central de Manaus.

O **projeto busca organizar este público, identificar e estreitar relações com as organizações da sociedade civil** que atuam cotidianamente neste segmento e, ainda, com a Defensoria Pública, o Ministério Público e outros atores governamentais que possam se interessar.

[1] Disponível em: <https://radaramazonico.com.br/defensoria-do-amazonas-cria-projeto-junto-com-a-sociedade-civil-voltado-a-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em 08 de dez. de 2021.

Violência contra pessoas em situação de rua, dificuldade no acesso a documentações, ausência de políticas públicas efetivas e o tratamento recebido por este grupo perante os órgãos públicos estarão entre os temas abordados durante os dois dias de evento.

A programação contará com rodas de escuta, palestras e apresentações culturais, além de visitas em áreas de maior concentração da população em situação de rua, como a área central de Manaus. A defensora pública Stéfanie Barbosa Sobral explica que as visitas serão realizadas em conjunto com órgãos públicos convidados. "A participação destes órgãos é importante para perceber a realidade e assumir o compromisso de criar políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua".

Segundo a defensora, o Ruas do Amazonas também tem como foco o empoderamento deste grupo com a formação de um movimento que lhe dê voz. "O foco é garantir que a população em situação de rua tenha um movimento formado e fortalecido, com seus próprios representantes para ocupar espaço e ter voz. É necessário possibilitar que eles sejam ouvidos efetivamente quando houver discussão de políticas públicas que os afetem".

O evento contará com a participação de organizações que atuam na causa e da defensora pública de São Paulo, Fernanda Penteado Balera, que já desenvolve trabalhos direcionados à população de rua através do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da instituição.

Com a intenção de incentivar lideranças, a DPE-AM convidou representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR- MG, SP, AL, MT, RN e BA).

"Estamos trazendo pessoas reconhecidas nas suas respectivas cidades, estados e até nacionalmente, que já vem desempenhando um importante papel na luta pelos direitos da população em situação de rua. Isso dará base para a formação de um movimento estadual, com a criação de um núcleo local do MNPR ou pelo menos, uma organização mínima deste público. É essencial despertar essa consciência política. É preciso que mesmo diante das dificuldades, essas pessoas se organizem para lutarem juntas por seus direitos", acrescentou a defensora.

Rodas de conversa nas ruas

O projeto Ruas do Amazonas terá a participação ativa de pessoas que vivenciam a árdua realidade de viver nas ruas do estado. Essas pessoas foram identificadas a partir de rodas de conversas que estão sendo promovidas semanalmente pela DPE-AM.

As atividades foram realizadas em Manaus, na Feira de Santo Antônio (Zona Oeste), na Praça da Matriz (Centro) e no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), na Zona Sul. Também foi realizada uma roda de conversa no Centro POP da cidade de Manacapuru. Até o dia do evento, ainda serão realizadas rodas de conversas no Abrigo Emergencial Gecilda Albano e na cidade de Iranduba.

(*) Informações da assessoria

6.2 RÁDIO RIO MAR FM[2]

Defensoria Pública do Amazonas realiza 1ª edição do projeto ‘Ruas do Amazonas’

Eles estão nas praças, escadarias e principais vias, vulneráveis a diversas doenças, muitas vezes sem alimentação e com frio nas noites. Em dias de chuva sem ter como se abrigar. Diante desta realidade, o projeto ‘Ruas do Amazonas’ visa organizar este público, identificar e estreitar relações com as organizações da sociedade civil que atuam diretamente com esta parcela da população, com a Defensoria Pública, o Ministério Público e outros atores governamentais.

[2] Disponível em <https://radioriomarfm.com.br/defensoria-publica-do-amazonas-realiza-1a-edicao-do-projeto-ruas-do-amazonas/>. Acesso em 08 de dez. de 2021.

A 1ª edição acontece nos dias 2 e 3 de dezembro com início às 8h, no Centro Estadual de Convivência do Idoso Aparecida. Durante os dois dias de evento acontecerão rodas de escuta, palestras e apresentações culturais, além de visitas em áreas de maior concentração da população em situação de rua, como a área central de Manaus. A defensora pública Stéfanie Barbosa Sobral explica como funcionará a visitação e como pretendem empoderar este público.

O projeto 'Ruas do Amazonas' terá a participação de organizações que atuam na causa e da defensora pública de São Paulo, Fernanda Penteado Balera, que já desenvolve trabalhos direcionados à população de rua através do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da instituição. A meta é incentivar lideranças, representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua de sete estados estarão presentes. Samuel Rodrigues, do Movimento Nacional da Poprua, que estará em Manaus, relata a importância do projeto.

Tania Freitas – Rádio Rio Mar
Foto: Clovis Miranda e Arquivos DPE-AM

6.3 BLITZ AMAZÔNICO[3]

Defensoria escuta população de rua na primeira edição do projeto Ruas do Amazonas

[3] Disponível em: <https://www.blitzamazonico.com.br/2021/12/defensoria-escuta-populacao-de-rua-na.html>. Acesso em 08 de dez. de 2021.

Pessoas em situação de rua tiveram a oportunidade de serem ouvidas na primeira edição do projeto Ruas do Amazonas, criado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM).

O evento teve início nesta quinta-feira (2) e reuniu também representantes de órgãos públicos, entidades civis e líderes de movimentos nacionais engajados na causa.

O Projeto Ruas do Amazonas visa fortalecer a organização deste segmento na capital e interior do estado, tendo como foco contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à população de rua e seu empoderamento. As atividades do projeto estão sendo realizadas no Centro Estadual de Convivência do Idoso (Ceci)-Aparecida, localizado na rua Wilkens de Matos, S/N, no bairro Nossa Senhora Aparecida, Zona Central de Manaus.

Uma apresentação cultural conduzida por pessoas que já vivenciaram a realidade de viver nas ruas marcou a abertura do evento. “Eu vi rostos sofridos, ouvi muitos gemidos, observei movimento e pouco desenvolvimento. Eu lamento, lamento. Me olhando assim ninguém imagina o que passei, lutei por ser mulher e saber o que na vida se quer, empoderando o desafio e me livrando do frio. Respeito ainda vive!”, entoou a harper Lucka Brasil durante apresentação musical. A artista contou ter passado alguns anos de sua vida se abrigando na área central de Manaus, como a Praça da Matriz e a Praça dos Remédios.

O defensor público da DPE-AM, Daniel Bettanin e Silva, que atua no polo de Maués, entende ser fundamental a promoção de espaços de diálogo para fortalecer a cidadania. Para ele, a primeira edição do evento busca dar visibilidade a estas pessoas.

“Já atuei com a população de rua junto ao Serviço de Assessoria Jurídica Gratuita (Sejuc) e o que notamos é a falta de espaços de diálogos e de trocas com a sociedade. A democracia deve promover espaços para a efetivação da cidadania. Movimentos como esse permitem a participação ativa das pessoas. Daí a importância deste evento. O Ruas do Amazonas busca empoderamento da população em situação de rua para lutarem pelos seus direitos. O evento deve ser promovido outras vezes para dar visibilidade à causa”.

Para a defensora pública Stefanie Sobral, a ação tem como foco a descoberta de líderes que representem este segmento. “Com esses dois dias de evento, nosso objetivo é criar um movimento no Amazonas para despertar na população de rua uma consciência política. Este público poderá reconhecer lideranças, pessoas que possam falar por eles, que estão ou já passaram por situações de rua. Ao reconhecer essas lideranças, a Defensoria poderá ouvir suas demandas e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas.”

Após a programação cultural, líderes do Movimento Nacional da População de rua (MNPR) promoveram atividades nesta sexta-feira (3). Iniciado em 2005 como resposta ao Massacre da Sé, maior chacina contra a população em situação de rua da cidade de São Paulo, o movimento se encontra em 16 estados brasileiros.

Para o Coordenador do MNPR , Darcy Costa, é fundamental o fortalecimento do movimento em âmbito regional. “Já estamos em vários estados e agora vamos lutar pelo Amazonas, que não está mais sozinho. Estaremos juntos nessa luta com objetivo de fazer valer e garantir o movimento da população de rua”.

O membro do Comitê Nacional de População de Rua, Samuel Rodrigues esclareceu a atuação do movimento. “O MPRN busca entre suas ações fazer rodas de conversa no sentido de despertar o senso crítico das pessoas com trajetória de rua para se colocarem como sujeitos de direitos em todas suas ações e assegurar os direitos em todos os serviços ofertados. Nosso papel é conscientizar a população de rua estigmatizada e violentada há

muitos anos em nosso país. Temos conseguido através do MNPR e dos Fóruns de População de Rua defender políticas voltadas a este seguimento".

Experiência das Defensorias com a população de rua

A defensora pública de São Paulo, Fernanda Penteado Balera, esteve no evento para compartilhar experiências direcionadas à população de rua, desenvolvidas através do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da instituição.

"A Defensoria atua em três perspectivas: atendimento jurídico individual, coletivo e formações. As pessoas em situação de rua são atendidas independente de agendamento, tendo prioridade por ser um grupo hipervulnerável, também realizamos mensalmente atendimento itinerante em locais de grande concentração de pessoas. Nosso núcleo atua também com os movimentos na perspectiva da política pública para a população em situação de rua, fazemos a incidência com o legislativo, prefeituras, pensado o que pode ser aprimorado para este segmento".

A voz da Ruas

Pessoas que vivenciam a realidade das ruas de Manaus foram convidadas para o evento. Os participantes foram identificados a partir de rodas de conversa realizadas pela DPE-AM meses antes.

Sinval Pinheiro, 44, relatou algumas dificuldades vivenciadas em seu dia a dia e apresentou propostas durante uma roda de escuta que integra a programação do projeto Ruas do Amazonas.

"Minha luta é pelo albergue em Manaus. Espero que daqui para frente a gente não continue a dormir nas ruas, porque sabemos como é o sofrimento. Quando chove, nos acolhemos em paradas, até a chuva passar. Aqui no centro pode ter um "Centro POP" e consultório de rua. Também precisamos de banheiros químicos, porque fazemos muitas vezes nossas necessidades nas ruas. É muita humilhação. As pessoas, as autoridades, o governo, a prefeitura tem que saber que nós somos gente e precisam olhar mais pela população de rua".

Walisson Cunha, 40, relatou a dificuldade de acesso a documentos. “Se é para expor o meu direito, é isso que vim fazer. Como que vou me reintegrar à sociedade se ninguém quer tirar meu documento? Não tenho documento para benefícios e nem para realizar meu tratamento médico. Tenho medicações para tomar, mas não tenho carteira de identidade”, desabafou Wallison durante o espaço de escuta.

Outro morador de rua, que preferiu não se identificar, ressaltou que o acesso à saúde é um desafio. “A gente vive correndo atrás de documentos. Chegamos nos órgãos e quando percebem que somos do 'pop' [população de rua] colocam dificuldade. Inclusive faz vários dias que estou com encaminhamento para ortopedista, mas não consegui ser atendido”.

Rafael Machado, atuante do movimento e engajado na causa LGBTq+, ressaltou como este público é visto. Motivou ainda, todos os participantes a descobrirem seu potencial para mudar a própria realidade.

“Passei 8 anos nas ruas. Vim de uma família com vínculo quebrado. Saí de casa aos 13 anos para morar nas ruas, sei bem como é o tratamento que recebemos. A gente tem um potencial muito grande para conseguir caminhar. Precisamos contemplar a população LGBTq+. Se para homem e mulher viver em situação de rua não é fácil, imagine para o público LGBTq+. A gente é mal visto. Comecei a me engajar e me empoderar quando eu conheci o movimento nacional da população de rua. Superei muitos obstáculos e sou grato”.

Fotos: Ítala Lima/ DPE-AM

6.4 BANZEIRO NEWS[4]

Defensoria escuta população de rua na primeira edição do projeto Ruas do Amazonas

[4] Disponível em: < https://banzeironews.com/amazonas/2021/12/defensoria-escuta-populacao-de-rua-na-primeira-edicao-do-projeto-ruas-do-amazonas/>. Acesso em 08 de dez. de 2021.

Projeto Ruas do Amazonas contribuirá para reconhecimento de lideranças e criação de políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua

Pessoas em situação de rua tiveram a oportunidade de serem ouvidas na primeira edição do projeto Ruas do Amazonas, criado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM). O evento teve início nesta quinta-feira (2) e reuniu também representantes de órgãos públicos, entidades civis e líderes de movimentos nacionais engajados na causa.

O Projeto Ruas do Amazonas visa fortalecer a organização deste segmento na capital e interior do estado, tendo como foco contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à população de rua e seu empoderamento. As atividades do projeto estão sendo realizadas no Centro Estadual de Convivência do Idoso (Ceci)-Aparecida, localizado na rua Wilkens de Matos, S/N, no bairro Nossa Senhora Aparecida, Zona Central de Manaus.

Uma apresentação cultural conduzida por pessoas que já vivenciaram a realidade de viver nas ruas marcou a abertura do evento. “Eu vi rostos sofridos, ouvi muitos gemidos, observei movimento e pouco desenvolvimento. Eu lamento, lamento. Me olhando assim ninguém imagina o que passei, lutei por ser mulher e saber o que na vida se quer, empoderando o desafio e me livrando do frio. Respeito ainda vive!”, entoou a harper Lucka Brasil durante apresentação musical. A artista contou ter passado alguns anos de sua vida se abrigando na área central de Manaus, como a Praça da Matriz e a Praça dos Remédios. O defensor público da DPE-AM, Daniel Bettanin e Silva, que atua no polo de Maués, entende ser fundamental a promoção de espaços de diálogo para fortalecer a cidadania. Para ele, a primeira edição do evento busca dar visibilidade a estas pessoas.

“Já atuei com a população de rua junto ao Serviço de Assessoria Jurídica Gratuita (Sejuc) e o que notamos é a falta de espaços de diálogos e de trocas com a sociedade. A democracia deve promover espaços para a efetivação da cidadania. Movimentos como esse permitem a participação ativa das pessoas. Daí a importância deste evento. O Ruas do Amazonas busca empoderamento da população em situação de rua para lutarem pelos seus direitos. O evento deve ser promovido outras vezes para dar visibilidade à causa”.

Para a defensora pública Stefanie Sobral, a ação tem como foco a descoberta de líderes que representem este segmento. “Com esses dois dias de evento, nosso objetivo é criar um movimento no Amazonas para despertar na população de rua uma consciência

política. Este público poderá reconhecer lideranças, pessoas que possam falar por eles, que estão ou já passaram por situações de rua. Ao reconhecer essas lideranças, a Defensoria poderá ouvir suas demandas e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas."

Após a programação cultural, líderes do Movimento Nacional da População de rua (MNPR) promoveram atividades nesta sexta-feira (3). Iniciado em 2005 como resposta ao Massacre da Sé, maior chacina contra a população em situação de rua da cidade de São Paulo, o movimento se encontra em 16 estados brasileiros.

Para o Coordenador do MNPR , Darcy Costa, é fundamental o fortalecimento do movimento em âmbito regional. "Já estamos em vários estados e agora vamos lutar pelo Amazonas, que não está mais sozinho. Estaremos juntos nessa luta com objetivo de fazer valer e garantir o movimento da população de rua".

O membro do Comitê Nacional de População de Rua, Samuel Rodrigues esclareceu a atuação do movimento. "O MPRN busca entre suas ações fazer rodas de conversa no sentido de despertar o senso crítico das pessoas com trajetória de rua para se colocarem como sujeitos de direitos em todas suas ações e assegurar os direitos em todos os serviços ofertados. Nosso papel é conscientizar a população de rua estigmatizada e violentada há muitos anos em nosso país. Temos conseguido através do MNPR e dos Fóruns de População de Rua defender políticas voltadas a este seguimento".

Experiência das Defensorias com a população de rua

A defensora pública de São Paulo, Fernanda Penteado Balera, esteve no evento para compartilhar experiências direcionadas à população de rua, desenvolvidas através do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da instituição.

"A Defensoria atua em três perspectivas: atendimento jurídico individual, coletivo e formações. As pessoas em situação de rua são atendidas independente de agendamento, tendo prioridade por ser um grupo hipervulnerável, também realizamos mensalmente atendimento itinerante em locais de grande concentração de pessoas. Nosso núcleo atua também com os movimentos na perspectiva da política pública para a população em situação de rua, fazemos a incidência com o legislativo, prefeituras, pensado o que pode ser aprimorado para este segmento".

A voz da Ruas

Pessoas que vivenciam a realidade das ruas de Manaus foram convidadas para o evento. Os participantes foram identificados a partir de rodas de conversa realizadas pela DPE-AM meses antes.

Sinval Pinheiro, 44, relatou algumas dificuldades vivenciadas em seu dia a dia e apresentou propostas durante uma roda de escuta que integra a programação do projeto Ruas do Amazonas.

“Minha luta é pelo albergue em Manaus. Espero que daqui para frente a gente não continue a dormir nas ruas, porque sabemos como é o sofrimento. Quando chove, nos acolhemos em paradas, até a chuva passar. Aqui no centro pode ter um “Centro POP” e consultório de rua. Também precisamos de banheiros químicos, porque fazemos muitas vezes nossas necessidades nas ruas. É muita humilhação. As pessoas, as autoridades, o governo, a prefeitura tem que saber que nós somos gente e precisam olhar mais pela população de rua”.

Walisson Cunha, 40, relatou a dificuldade de acesso a documentos. “Se é para expor o meu direito, é isso que vim fazer. Como que vou me reintegrar à sociedade se ninguém quer tirar meu documento? Não tenho documento para benefícios e nem para realizar meu tratamento médico. Tenho medicações para tomar, mas não tenho carteira de identidade”, desabafou Wallison durante o espaço de escuta.

Outro morador de rua, que preferiu não se identificar, ressaltou que o acesso à saúde é um desafio. “A gente vive correndo atrás de documentos. Chegamos nos órgãos e quando percebem que somos do ‘pop’ [população de rua] colocam dificuldade. Inclusive faz vários dias que estou com encaminhamento para ortopedista, mas não consegui ser atendido”.

Rafael Machado, atuante do movimento e engajado na causa LGBTq+, ressaltou como este público é visto. Motivou ainda, todos os participantes a descobrirem seu potencial para mudar a própria realidade.

“Passei 8 anos nas ruas. Vim de uma família com vínculo quebrado. Saí de casa aos 13 anos para morar nas ruas, sei bem como é o tratamento que recebemos. A gente tem um potencial muito grande para conseguir caminhar. Precisamos contemplar a população LGBTq+. Se para homem e mulher viver em situação de rua não é fácil, imagine para o público LGBTq+. A gente é mal visto. Comecei a me engajar e me empoderar quando eu conheci o movimento nacional da população de rua. Superei muitos obstáculos e sou grato”.

Fotos: Ítala Lima/ DPE-AM

6.5 SITE DA DEFENSORIA PÚBLICA[5]

Defensoria escuta população de rua na primeira edição do projeto Ruas do Amazonas

Projeto Ruas do Amazonas contribuirá para reconhecimento de lideranças e criação de políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua

Pessoas em situação de rua tiveram a oportunidade de serem ouvidas na primeira edição do projeto Ruas do Amazonas, criado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM). O evento teve início nesta quinta-feira (2) e reúne também representantes de órgãos públicos, entidades civis e líderes de movimentos nacionais engajados na causa. O Projeto Ruas do Amazonas visa fortalecer a organização deste segmento na capital e interior do estado, tendo como foco contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à população de rua e seu empoderamento. As atividades do projeto estão sendo realizadas no Centro Estadual de Convivência do Idoso (Ceci)-Aparecida, localizado na rua Wilkens de Matos, S/N, no bairro Nossa Senhora Aparecida, Zona Central de Manaus.

[5] Disponível em defensoria.am.def.br. Acesso em 08 de dez. de 2021.

Haper Lucka Brasil em apresentação musical.

Uma apresentação cultural conduzida por pessoas que já vivenciaram a realidade das ruas marcou a abertura do evento. “Eu vi rostos sofridos, ouvi muitos gemidos, observei movimento e pouco desenvolvimento. Eu lamento, lamento. Me olhando assim ninguém imagina o que passei, lutei por ser mulher e saber o que na vida se quer, empoderando o desafio e me livrando do frio. Respeito ainda vive!”, entoou a harper Lucka Brasil. A artista contou ter passado alguns anos de sua vida se abrigando na área central de Manaus, como a Praça da Matriz e a Praça dos Remédios.

O artista Dimas Lucas realizou performance artística levando para o público a linguagem do teatro e da dança break durante programação cultural

O defensor público da DPE-AM, Daniel Bettanin e Silva, que atua no polo de Maués, entende ser fundamental a promoção de espaços de diálogo para fortalecer a cidadania. Para ele, a primeira edição do evento busca dar visibilidade a estas pessoas. “Já atuei com a população de rua junto ao Serviço de Assessoria Jurídica Gratuita (Sejuc) e o que notamos é a falta de espaços de diálogos e de trocas com a sociedade. A

democracia deve promover espaços para a efetivação da cidadania. Movimentos como esse permitem a participação ativa das pessoas. Daí a importância deste evento. O Ruas do Amazonas busca empoderamento da população em situação de rua para lutarem pelos seus direitos. O evento deve ser promovido outras vezes para dar visibilidade à causa".

Membros da Defensoria do Amazonas e São Paulo ouviram depoimentos de pessoas em situação de rua.

Para a defensora pública Stefanie Sobral, a ação tem como foco a descoberta de líderes que representem este segmento. "Com esses dois dias de evento, nosso objetivo é criar um movimento no Amazonas para despertar na população de rua uma consciência política. Este público poderá reconhecer lideranças, pessoas que possam falar por eles, que estão ou já passaram por situações de rua. Ao reconhecer essas lideranças, a Defensoria poderá ouvir suas demandas e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas." Após a programação cultural, líderes do Movimento Nacional da População de rua (MNPR) promoveram atividades nesta sexta-feira (3). Iniciado em 2005 como resposta ao Massacre da Sé, maior chacina contra a população em situação de rua da cidade de São Paulo, o movimento se encontra em 16 estados brasileiros.

Darcy Costa realizou atividade formativa durante primeira edição do projeto Ruas do Amazonas

Para o Coordenador do MNPR , Darcy Costa, é fundamental o fortalecimento do movimento em âmbito regional. “Já estamos em vários estados e agora vamos lutar pelo Amazonas, que não está mais sozinho. Estaremos juntos nessa luta com objetivo de fazer valer e garantir o movimento da população de rua”. O membro do Comitê Nacional de População de Rua, Samuel Rodrigues esclareceu a atuação do movimento. “O MNPR busca entre suas ações fazer rodas de conversa no sentido de despertar o senso crítico das pessoas com trajetória de rua para se colocarem como sujeitos de direitos em todas suas ações e assegurar os direitos em todos os serviços ofertados. Nosso papel é conscientizar a população de rua estigmatizada e violentada há muitos anos em nosso país. Temos conseguido através do MNPR e dos Fóruns de População de Rua defender políticas voltadas a este seguimento”. Experiência das Defensorias com a população de rua A defensora pública de São Paulo, Fernanda Penteado Balera, esteve no evento para compartilhar experiências direcionadas à população de rua, desenvolvidas através do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da instituição. “A Defensoria atua em três perspectivas: atendimento jurídico individual, coletivo e formações. As pessoas em situação de rua são atendidas independente de agendamento, tendo prioridade por ser um grupo hipervulnerável, também realizamos mensalmente atendimento itinerante em locais de grande concentração de pessoas. Nosso núcleo atua também com os movimentos na perspectiva da política pública para a população em situação de rua, fazemos a incidência com o legislativo, prefeituras, pensando o que pode ser aprimorado para este segmento”. A voz da Ruas Pessoas que vivenciam a realidade das ruas de

Manaus foram convidadas para o evento. Os participantes foram identificados a partir de rodas de conversa realizadas pela DPE-AM meses antes.

Sinval Pinheiro, 44, relatou algumas dificuldades vivenciadas em seu dia a dia e apresentou propostas durante uma roda de escuta que integra a programação do projeto Ruas do Amazonas. “Minha luta é pelo albergue em Manaus, espero que daqui para frente a gente não continue a dormir nas ruas, porque sabemos como é o sofrimento. Quando chove, nos acolhemos em paradas, até a chuva passar. Aqui no centro pode ter um “Centro POP” e consultório de rua. Precisamos de banheiros químicos, porque fazemos muitas vezes nossas necessidades nas ruas. É muita humilhação. As pessoas, as autoridades, o governo, a prefeitura tem que saber que nós somos gente e precisam olhar mais pela população de rua”. Walisson Cunha, 40, relatou a dificuldade de acesso a documentos. “Se é para expor o meu direito, é isso que vim fazer. Como que vou me reintegrar à sociedade se ninguém quer tirar meu documento? Não tenho documento para benefícios e nem para realizar meu tratamento médico. Tenho medicações para tomar, mas não tenho carteira de identidade”, desabafou Wallison durante o espaço de escuta. Outro morador de rua, que preferiu não se identificar, ressaltou que o acesso à saúde é um desafio. “A gente vive correndo atrás de documentos. Chegamos nos órgãos e quando percebem que somos do 'pop' [população de rua] colocam dificuldade. Inclusive faz vários dias que estou com encaminhamento para ortopedista, mas não consegui ser atendido”. Rafael Machado, atuante do movimento e engajado na causa LGBTq+, ressaltou como este público é visto. Motivou ainda, todos os participantes a descobrirem seu potencial para mudar a própria realidade. “Passei 8 anos nas ruas. Vim de uma família com vínculo

quebrado. Saí de casa aos 13 anos para morar nas ruas, sei bem como é o tratamento que recebemos. A gente tem um potencial muito grande para conseguir caminhar. Precisamos contemplar a população LGBTq+. Se para homem e mulher viver em situação de rua não é fácil, imagine para o público LGBTq+. A gente é mal visto. Comecei a me engajar e me empoderar quando eu conheci o movimento nacional da população de rua. Superei muitos obstáculos e sou grato". Texto e Fotos: Ítala Lima/DPE-AM

7 DEMAIS REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO EVENTO